Aron e a baleia: um Jonas na teoria das relações internacionais?

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Resumo

O objetivo deste artigo é situar parte do debate da teoria das relações internacionais envolvendo “tradicionalistas” ou “clássicos” *versus* “behavioristas” ou “modernos”, tendo como ponto de partida a teoria de Raymond Aron, à luz de parâmetros da Filosofia da Ciência formulados por Popper e Kuhn.

O debate teórico envolvendo as relações internacionais na década de 60 trouxe à tona uma contenda entre os assim chamados “clássicos” ou “tradicionalistas” e os “científicos”. No esteio dessa polêmica, um problema diz respeito a um dos mais importantes autores da vertente realista “clássica” ou “tradicionalista” ou ainda “moderna” (Chiappin, 1997), Raymond Aron. Usando uma figura de linguagem, seria Aron um Jonas na teoria das relações internacionais? Em outras palavras, teria sido preferível que, analogamente ao referido personagem bíblico, Aron abandonasse uma infeliz jornada de proporcionar um *status* epistemológico de teoria às suas formulações? Não seria mais adequado entender sua incursão no campo das relações internacionais como um comentário político de alto nível? (Young: 1969: 131 e 143).

Comentário ou teoria

O problema, contextualizado no debate teórico envolvendo realismo e behaviorismo (Young, 1969: 129-43) diz respeito a um posicionamento de um autor, Oran Young, entendendo o construto teórico de Aron como um comentário político que não satisfaz os critérios de uma teoria, em que pese isso não desmereça as qualidades e a erudição demonstradas na obra do autor francês. A despeito disso, Young entende que a maioria dos comentadores credita a Aron uma referência de elaboração teórica e de ruptura de alto nível, e não de comentário político (Young, 1969: 131).

As objeções de Young dariam conta de que:

- 1) Aron não deixa claro quais variáveis ele utiliza para a construção de uma teoria das relações internacionais, já que é impossíveis distinguir variáveis independentes (fatores que servem de base para uma explicação) e as variáveis dependentes (assuntos a serem explicados);
- 2) a ênfase do autor francês recairia sobre fenômenos gerais, existenciais e não aqueles tipos de fenômenos que possam ser analisados em classes distinguíveis em termos concretos;
- 3) as constantes ou variáveis (como por exemplo, geografia ou população) utilizadas pelo jornalista do *Le Figaro* não seriam operacionalizáveis porque não poderiam ser aplicadas em todas as épocas sob quaisquer condições, isto é, essas mesmas variáveis seriam vagas, com pouca referência ou especificidade empírica, além de tender a generalizações que podem não corresponder com a realidade ou mesmo ser falseadas (Young, 1969: 131-2).

Portanto, conforme Young, as questões aqui colocadas dão conta de que Aron, de forma semelhante a Jonas, foi engolido pela baleia do empreendimento da construção de uma teoria das relações internacionais.

O objetivo desse texto é abordar o seguinte problema: é mais adequado abordar a assim entendida teoria das relações internacionais de Raymond Aron como um comentário político ou como uma teoria propriamente dita? Do ponto de vista epistemológico, nesse mesmo sentido, seria mais adequado entender o sistema teórico de Aron referente às

relações internacionais como um paradigma na acepção kuhniana ou como uma teoria em conformidade com as regras popperianas?

Na melhor das avaliações de Young, Aron teria contribuído para o desenvolvimento paradigmático no campo das relações internacionais e não o de uma teoria no referido nível. Contudo, isso não significa exatamente alguma forma de crédito a Aron. O crítico em questão entende que um paradigma, tal como entendido por Thomas Kuhn, se refere a idéias confusas e não necessariamente identificadas com a ciência. O mesmo crítico reputa Aron como alguém que, ao se basear na filosofia, na história, no direito e no exercício de julgamento na elaboração de seu modelo, não está necessariamente sendo científico num sentido mais geral. Se Young o tem como autor mais próximo da noção de um paradigma tal como entendido por Kuhn, não estaria implícito no raciocínio de Young um grau de exigência que não condiz com a unidade epistêmica em questão? Afinal, diversamente do que afirma Young, Kuhn entende que o próprio paradigma compõe suas próprias regras em termos de uma área específica da ciência (Kuhn, 2000). Ademais, por vezes, o paradigma é composto por crenças não necessariamente reconhecidas por todos como científicas e se baseia na promessa de novas explicações, sem necessariamente ter que responder a todos os problemas.

Defende-se a hipótese de que a teoria de Aron, ligada à abordagem clássica, seria uma teoria, assim como a maior parte dos enfoques científicos. Há que se ponderar, contudo, que as preocupações dos científicos são mais pontuais e específicas, o que possibilitaria situá-los também como paradigmas na acepção kuhniana. Boa parte de sua justificativa, como será apresentado no presente texto, se baseia na promessa de realizações e no caráter incompleto e pouco desenvolvido de suas explicações de ordem mais geral sobre a natureza das relações internacionais. Esse último aspecto também corresponde ao entendimento kuhniano da noção de paradigma, uma vez que essa unidade epistemológica não se caracteriza pela elaboração de respostas a todos os problemas colocados pela base empírica. A abordagem aqui usada, portanto, referente à noção de paradigma, difere do entendimento sugerido por Young (Young, 1969).

Para o desenvolvimento desse raciocínio, pretende-se inserir a discussão em nível epistemológico sobre as formulações de Aron e Bull, pelos clássicos, e de alguns autores behavioristas: Knorr, Rosenau e Young.

Os enfoques científicos: suas bases e objeções

Em função da diversidade dos enfoques científicos ou behavioristas, deve-se frisar as características comuns aos mesmos. Esses enfoques possuem o entendimento de que há muitos atores coletivos e individuais envolvidos na sociedade global e que os diversos fenômenos a ele referentes nas relações internacionais devem ser abordados sob a forma de um tratamento quantitativo de dados, após esses mesmos dados serem elaborados e coletados. Essas são as condições básicas para a elaboração de modelos com que essa vertente trabalha.

Essa perspectiva é oposta frontalmente aos enfoques tradicionalistas ou clássicos na medida em que eles enfatizam a importância do Estado nas relações internacionais como ator relevante e proporcionam análises onde normalmente vários aspectos de análise são irreduzíveis, isto é, não são passíveis de uma quantificação pura e simples (Merle, 1981: 63-75).

1. Knorr e Rosenau: as bases do enfoque científico e as objeções aos clássicos

O ponto enfatizado pelos autores num primeiro momento é que não cabe a generalização além do escopo dos dados. Os dados devem ser coletados e sistematicamente analisados. Em outras palavras, fala-se mais da abordagem de fenômenos internacionais do que do próprio fenômeno em si (Knorr & Rosenau, 1969: 4).

Focar sobre o fenômeno nas relações internacionais em si significa entender que se

... lida com fenômenos macroscópicos, com as ações e as interações de sociedades nacionais que derivam de atitudes e comportamentos de indivíduos, dos conflitos e decisões de pequenos grupos, das pressões e hesitações das grandes organizações, das oportunidades e limitações das instituições, os quais dependem da percepção e disponibilidade de configurações geográficas, recursos físicos, mobilidade social, estrutura política, e assim por diante, dentro de uma aparentemente infinita lista de variáveis relevantes. De fato, de forma mais geral, não há aspecto da vida humana e da existência não humana que saia do

escopo do campo internacional. Confrontada com tamanha complexidade, os defensores da abordagem tradicional se caracterizam por serem especialmente dúbios sobre a aplicabilidade dos métodos científicos, embora a mesma complexidade leve aqueles que aderem à abordagem científica a serem especialmente confiantes que somente seus métodos são capazes de manipular todas as variáveis”. englobadas por esse campo. Os primeiros, incomodados com o número de variáveis e convencidos de que a ênfase da ciência se baseia em explicações parcimoniosas, distanciam-se daqueles aspectos relevantes, argumentando que somente a aplicação imaginativa da ciência, enriquecida pela história e aprofundada pela experiência, pode dar conta e resolver inteiramente os problemas desse campo. Os últimos, não menos admirados com o número de variáveis, contrapõem formulando que o único método científico, com ênfase em dividir o problema em suas partes constituintes, pode acumular os dados necessários para o progresso nesse campo. Por causa desses argumentos conflitantes, a questão referente à previsibilidade ou não do comportamento humano pareceria mais central para a psicologia do conhecimento internacional do que é para outras áreas do conhecimento (Knorr & Rosenau, 1969: 9-10).

Apesar de longa, a passagem acima é bastante elucidativa sobre as premissas e objeções dos científicos. Em primeiro lugar, parece ser claro que a entidade fundamental ou unidade ontológica (Chiappin, 1996b) é o indivíduo, cujo comportamento se manifesta no todo, nas sociedades, nas organizações, nos grupos atuantes nas relações internacionais. Central, portanto, seriam indivíduo e comportamento. Seria compatível com a abordagem dos científicos, a analogia com os organismos vivos (Merle, 1981: 63-75), semelhante ao método proposto: desmembrar o problema em suas partes constitutivas, sem falar nas possibilidades de construção de modelos também identificados com esse entendimento. Outro aspecto relevante é o tratamento dado às variáveis, onde dentre outras coisas, o número das mesmas deve ser delimitado para os propósitos da investigação, já que falam de número finito de variáveis. A precisão em relação às variáveis implica no tratamento quantitativo das mesmas, para que possam possibilitar que outros autores repitam o procedimento. Trata-se, portanto de preceito popperiano importante para aferir a falseabilidade. Além de entenderem o caráter único de cada caso e se afastarem da generalização por

entenderem ser possível identificar casos deviantes entre todos aqueles estudados. Entendem as limitações dos tradicionalistas em termos de suas análises serem modestas, aferidas a partir de julgamentos fundamentados a partir da história, da experiência e de julgamentos. Um aspecto relevante também para os científicos parece ser a possibilidade de prever o comportamento dos atores envolvidos.

2. As objeções de Young

Cinco objeções resumem a crítica de Oran Young a Aron:

- 1) A insistência em empregar termos extremamente sofisticados.
- 2) A tentativa de revitalizar a concepção de soberania característica do século dezanove no contexto contemporâneo das relações internacionais, algo como uma luta inglória de transformar em quadrado o círculo.
- 3) A recusa de fazer um esforço sistemático de conceitualizar o crescimento e a proliferação dos fenômenos transnacionais nas relações internacionais contemporâneas, enfatizando a proposição de que os problemas referentes às relações internacionais podem ser equacionados com as relações interestatais para a maioria das análises.
- 4) Boa parte de seu comentário político significa pouco mais do que noções correntes durante determinado período que marcam uma certa dificuldade de transformar formulações ortodoxas em teoria formal. O título do capítulo 18 de *Paz e Guerra entre as Nações*, “Inimigos, porém irmãos”, seria exemplar nesse sentido.
- 5) Muitas das idéias do livro citado tendem a se perder ou ficar diluídas por conta de passagens conceituais vagas, áridas e tortuosas. Young credita parte do problema à falta de rigor estilístico da tradução e uma confusa teorização (Young, 1969: 141-2).

Young foca suas críticas a Aron no aspecto epistemológico, afirmando que seu construto teórico não é compatível com uma teoria nos termos comumente abordados de teoria nas ciências sociais. Aponta

exatamente a ausência de preocupação aroniana com a elaboração teórica em termos dedutivos.

A linha condutora das críticas é a construção de determinantes na teoria, dentro do enfoque aroniano da sociologia histórica. Young não aceita o que chama de generalizações históricas acerca das relações internacionais, principalmente, as assertivas aronianas sobre a centralidade da guerra.

Young não menciona e não aceita as ressalvas feitas pelo próprio Aron sobre o grau de importância em conformidade com a especificidade histórica dos determinantes. Contudo, o autor norte-americano cobra um funcionamento das variáveis ou determinantes sob condições específicas.

A não aceitação da história é marcadamente evidente quando Young insiste em classificar variáveis dependentes e independentes sob circunstâncias específicas para que as generalizações aronianas se sustentem. No que entende como uma confusão do autor francês, guerra e relações internacionais são, por vezes, uma massa de fenômenos entendidas como variáveis dependentes enquanto raramente são mencionadas as variáveis independentes (espaço, número, recursos, regimes, nações).

Parece característico, portanto, da linha behaviorista ou científica a ênfase em quantificar. Assim, as variáveis devem possuir uma maior precisão quanto à sua classificação e uso. Além disso, a busca dessa precisão parece descartar as linhas gerais, determinantes da história buscadas por Aron. O foco do autor parece estar centrado na contemporaneidade com os fenômenos transnacionais. Quando aceita a história, na verdade, Young sugere que o fundamento da teoria aroniana em termos da soberania estatal se localiza no século dezenove e por isso, seria inadequado. Ademais, não aceita o uso da violência por parte dos Estados como uma regularidade. Quanto às especificidades abordadas no âmbito da sociologia, a avaliação de ordem mais qualitativa que quantitativa parece inaceitável para o autor behaviorista, o que o leva a rotular a teorização aroniana como confusa.

Há de se registrar que o autor ignora aspectos conceituais importantes e citados por Aron, como o de uma sociedade internacional que contempla fenômenos transnacionais, bem como as entidades supranacionais.

À guisa de conclusão e problematização dos argumentos de Young, rejeitar as regularidades históricas e buscar as condições específicas, definindo rigorosamente as variáveis parecem nos remeter ao que Popper critica exatamente na sua polêmica com os defensores do indutivismo e com os positivistas. Afinal, Popper se opõe à constituição de teorias, hipóteses, a partir de enunciados singulares na lógica indutivista. Em outras palavras, inferir enunciados universais a partir de enunciados singulares, isto é, tendo como ponto de partida relato de observações e/ou experimentos. Trazendo essa ponderação para o objeto aqui analisado, é acurado aferir a validade de uma teoria a partir de enunciados singulares, ou seja, a partir de observações empíricas de caráter específico? O que define uma teoria não são exatamente os enunciados universais? Então, por que buscar um entendimento das variáveis sob condições específicas, como faz Young? Mesmo que Young não busque contribuir para o entendimento da natureza das relações internacionais, duas importantes questões não são abordadas: qual o sentido do entendimento das variáveis de forma mais específica nas relações internacionais? Como isso define o campo em questão numa maior amplitude? Em uma palavra, aonde o autor quer chegar?

Enfim, qual a especificidade, a natureza das relações internacionais como teoria? Questões como essa, de caráter generalista, não são abordadas por Young. Esses aspectos são tratados por Aron. Além do mais, como formula um autor filiado ao enfoque clássico que será abordado posteriormente (Bull, 1969), Young sugere uma ênfase a questões pontuais e periféricas nas relações internacionais.

Sua simplificação fica patente quando parece desconhecer e fazer um grande vulgarização da noção kuhniana de paradigma. Segundo essa perspectiva, entendida com maior acuracidade, as regras não são pensadas *a priori* quando uma comunidade científica faz pesquisa em torno de um certo paradigma. Atribuir a noção de paradigma a uma certa vertente não a desqualifica necessariamente, nem retira o estatuto de ciência a ela conferido.

A rigor, aplicando a estrutura formulada por Kuhn para as revoluções científicas no debate em foco, seria possível afirmar que uma anomalia, uma anormalidade não explicada, teria sido detectada no paradigma clássico das relações internacionais: a emergência de fenômenos e atores transnacionais, que questionariam a soberania (na acepção clássica) dos Estados. De acordo com Kuhn, haveria uma fase,

no momento em que ocorre esse debate, de proliferação de paradigmas competindo entre si para explicar essas anomalias, falhas no paradigma clássico. Isso explicaria em parte a diversidade de enfoques científicos confrontando os enfoques clássicos.

Há que se registrar, contudo, que essa ponderação pode ser bastante relativizada se considerarmos que um dos pioneiros do enfoque clássico, Morgenthau, já previa no final da década de 40 a emergência de outros atores em substituição aos Estados (Morgenthau, 1961: II) na forma de blocos, organizações supranacionais, dentre outros, em conformidade com o entendimento de que a unidade básica, constitutiva das relações internacionais é o indivíduo e que diversas associações, unidades políticas deste derivadas, na forma de Estados, blocos, empresas, etc. (Chiappin, 1997), apareceriam ao longo da história. Se uma das características de um paradigma seria exatamente a promessa de realizações e explicações futuras, certamente essa possibilidade já estava colocada em termos da relativização do poder estatal no paradigma clássico ou tradicional.

O enfoque tradicionalista ou clássico: suas bases e objeções

Este item constará de uma breve fundamentação de uma teoria das relações internacionais por parte de Aron. Como parte das bases desse enfoque, também serão apresentadas as principais idéias de Hedley Bull, bem como suas objeções aos científicos, baseados num texto que serviu de base a todo um debate entre as duas abordagens aqui cotejadas.

1. Aron: as bases para uma teoria das relações internacionais

A despeito de Aron não citar, tampouco se referir explicitamente a Popper, os indícios de que ele se baseia no filósofo do racionalismo crítico são claros.

Em primeiro lugar, entende que o modelo último das teorias genuinamente científicas está na Física. Exatamente como a maior parte da construção efetuada por Popper sobre a falseabilidade e o estatuto

científico de uma teoria, amplamente ancorada na ciência física (Popper, 2000).

Seguindo a linha argumentativa desenvolvida por Aron:

... uma teoria é um sistema hipotético-dedutivo constituído por um conjunto de proposições com termos definidos rigorosamente, cujas relações recíprocas (ou variáveis) se revestem quase sempre de forma matemática. Esse sistema é elaborado a partir de uma conceitualização da realidade percebida ou observada: os axiomas ou as relações mais abstratas comandam o sistema e permitem ao cientista deduzir aparências explicadas, ou fatos, perceptíveis pelos sentidos ou por meio de instrumentos, que confirmam provisoriamente a teoria ou demonstram sua falsidade, obrigando a uma retificação. Neste sentido, a confirmação nunca representa uma prova absoluta da verdade da teoria”. (Aron, 1985: 376)

Todas as características fundamentais de uma teoria científica à luz de Popper são sintetizadas no trecho acima. O sistema hipotético-dedutivo, a falseabilidade e o caráter provisório da verdade da teoria são os componentes em questão.

Contudo, se isso serve à Física, serve à teoria nas ciências sociais? É o que Aron pergunta por outros meios: haveria alguma ciência social alcançado o ápice em termos de uma teoria nos moldes supra-referidos, passível de comparação à teoria da relatividade de Einstein ou à teoria dos *quanta*? No entender de Aron, isso está colocado para a economia pura e, mais precisamente a economia política no estilo de Walras e Pareto. Esses autores foram os primeiros que representaram o equivalente a um sistema hipotético-dedutivo, manifestado em um conjunto de equações.

Contudo, o exemplo dos economistas consiste numa representação simplificada do real, ao substituir a economia real por um mercado artificial, onde os atores não são pessoas de carne e osso e sim sujeitos com características determinadas pelo economista. Apesar de Aron demarcar o critério de teoria em termos popperianos e até reconhecer que essa é a referência para os cientistas políticos e sociólogo do enfoque científico das relações internacionais (chamados por Aron de “modernistas”), fica ainda a pergunta: cabe o modelo da Física no caso da teoria das ciências sociais? A resposta é formulada parcialmente por Aron:

Não nos interessa entrar aqui numa controvérsia clássica: saber se os esquemas da economia são comparáveis à teoria da mecânica racional, como sustentam alguns, ou se devem ser considerados tipos ideais, de acordo com a concepção de Max Weber – isto é, reconstruções racionalizadas e estilizadas de um certo tipo de conduta e situação. Embora pessoalmente prefira a segunda interpretação, a escolha dentre elas não se impõe: ambas conduzem de fato às proposições que se desejaria lembrar nesta oportunidade” (Aron, 1985: 377).

Em linhas gerais, a associação de uma teoria à reconstrução racional em tipos ideais weberianos parece ser compatível com os preceitos popperianos de teoria, pelo menos conforme o juízo de Aron. De alguma forma, admite também, que os tipos puros ideais são uma reconstrução racional da realidade de maneira simplificada.

Aron formula três questões-chave para esclarecer o que seria uma teoria das relações internacionais:

- 1) Visando a delimitação e a especificação de um subsistema social, como é possível definir e delimitar o subsistema das relações internacionais?
- 2) Qual é a relação da teoria em pauta com o estudo empírico, isto é, como o subsistema se relaciona ao contexto social? Nesse âmbito, como é entendida a teoria, ou seja, como histórica ou supra-histórica?
- 3) Quais as relações entre a teoria e a doutrina (praxeologia)?

Há duas formas de distinguir o campo próprio das relações internacionais: através da identificação da originalidade, da singularidade, entre os vários domínios sociais e partindo de conceitos aplicados a outros terrenos distintos das relações internacionais. Com isso, pretende-se distinguir de um clássico, Morgenthau e um modernista, Boulding. Ambos partem da segunda possibilidade, ao partirem do conceito de potência (*power*) ou conflito. Morgenthau, ao se colocar nos termos da busca do interesse em conformidade com as relações de potência quando um ator A impõe sua vontade a um ator B, está formulando uma ideologia ou filosofia, pois tal proposição não pode ser falseada.

No que diz respeito à primeira pergunta, Aron busca alternativa distinta: uma especificidade das relações internacionais que possa ser

susceptível ao teste de falseabilidade, desde que se entenda que não é possível fazê-lo nos mesmos moldes da Física. Essa especificidade diz respeito à ausência de tribunais e de polícia que façam frente ao uso da violência pelos Estados no âmbito internacional, o direito ao recurso à força pelos mesmos, ou seja, Estados soberanos que constituem uma pluralidade de centros de decisão autônoma que, por sua vez, demonstram uma alternância e continuidade da paz e da guerra.

Pode a especificidade fundamentar uma teoria científica?

Aron lança mão de três questões que devem ser respondidas para aferir se sua teoria é científica:

- 1) A definição referente à especificidade possibilita a discriminação do subsistema das relações internacionais?
- 2) Essa definição permite deduzir ou compreender outros elementos do subsistema?
- 3) Permite também encontrar explicados os dados imediatos a partir dos quais se realizou a elaboração teórica?

A resposta à primeira indagação é positiva. Os problemas referentes à delimitação real podem ser maiores do que a delimitação conceitual. Pode haver dificuldades quanto à distinção dos tipos de conflitos dos grupos, algumas vezes, maiores ou menores, dependendo da sociedade ser arcaica ou organizada. Não cabe a crítica pela teoria pelo que é devido à natureza do objeto.

Quanto à segunda, é possível justificar o ponto de partida escolhido, o monopólio da violência legítima por atores coletivos, e, a partir dele, possibilita-se deduzir as principais variáveis explicativas dos sistemas e dos acontecimentos na vida internacional. Não havendo, por exemplo, o monopólio da violência legítima no interior de um dado território por parte de atores coletivos, o desdobramento aponta duplamente para o espaço geográfico onde esses mesmos atores se relacionam. Cada ator garante sua própria segurança com suas forças ou aliados numa configuração de forças (bipolar, pluripolar), fator importante para definição das variáveis de qualquer sistema internacional. Esse aspecto permite distinguir teorias das ideologias e pseudoteorias. Insistir na motivação dos Estados pelo interesse nacional seria algo um tanto vago e ao mesmo tempo incontestável, por exemplo, pois cada

ator, no nível internacional, pensa antes de mais nada em si próprio. A especificidade histórica é vital na avaliação de Aron:

O estudo empírico das relações internacionais visa precisamente determinar a percepção histórica que orienta o comportamento dos atores coletivos, as decisões dos responsáveis por esse comportamento. A teoria põe em evidência a diversidade dos temas dos conflitos entre os atores coletivos e dos seus objetivos (Aron, 1985: 384)

Quanto à terceira questão, referente a encontrar explicados os dados imediatos a partir dos quais se realizou a elaboração teórica, a resposta é em parte positiva, pois nem sempre é possível deduzir por parte do historiador ou sociólogo, os sistemas e acontecimentos sociais. A título de exemplificação, não teria sido possível deduzir de qualquer teoria o assassinio metódico de milhões de judeus pelos hitleristas, da mesma forma que em 1914, ao avaliar dois sistemas de alianças em luta interessando a todo o sistema internacional, tal quadro tenderia normalmente à vitória de um dos lados.

Enfim, Aron parece confirmar que busca apoiar sua teoria nas regularidades históricas e na tradição cuja fonte remete aos estadistas, militares, filósofos, juristas e moralistas, contrapondo-se à quantificação dos científicos, onde o uso da força pelos Estados parece central:

No que diz respeito aos milênios da história das sociedades complexas, a definição teórica que escolhi me parece mais próxima da realidade, mais ajustada à experiência, mais instrutiva e fecunda. Qualquer definição que não reconhecesse o caráter específico das relações internacionais, devido à legitimidade do recurso à força por parte dos atores, estaria negligenciando ao mesmo tempo um dado constante das civilizações – constância cujos efeitos têm sido enorme no curso da história – e a significação humana da atividade militar.

Os estatísticos que, como Richardson, contam os fatos de violência ou homicídio, sem distinguir os assassinos dos soldados, são os primeiros a lembrar, com muita oportunidade, que esses dados por si mesmo nada significam. Pode ser que alguns modernistas me reprovem a afirmativa de que a definição teórica se aproxima por si mesma da experiência vivida; que os estadistas, os juristas, moralistas, filósofos e guerreiros perceberam, através dos séculos, a essência das relações internacionais justa-

mente no ponto que considero como a origem da teoria. Neste particular, não renego a tradição (Aron, 1985: 386-7).

Na exposição referente a Aron, contemplamos a resposta referente à primeira questão-chave, isto é, aquela que concerne à especificidade que permite discriminar o subsistema das relações internacionais. Vimos que a intenção aroniana é a de buscar regularidades e a compreensão de conjunturas singulares, contrastando a sociologia com a história. Cabe esclarecer a segunda questão chave: que papel cumpre a teoria frente à história?

Aron define como legítima a concepção de história que anseia narrar a singularidade de uma cultura, de uma sociedade, de um sistema internacional. Existem aqui, portanto, conjugadas a sociologia (singularidades) e a história (narração de generalidades).

Ao demarcar dessa forma, o objetivo de Aron é evitar as explicações focadas numa única variável, explicações unilaterais concernentes à paz e à guerra. Ao fazer isso, busca exatamente mostrar os dados estruturais, constantes da sociedade internacional que levam à belicosidade, além da singularidade histórica dos sistemas internacionais, mostrando que as variáveis para análise (regime político, número, recursos, população etc.) possuem significação distinta em cada época.

Como ilustração, uma teoria da estratégia nuclear de um autor científico, Merton, seria também histórica e ao mesmo tempo particular, embora o risco de um conflito nuclear não possa ser quantificado rigorosamente, tampouco os interesses em jogo. O soberano “racional” do autor em questão lembra o sujeito econômico da teoria dos jogos e da teoria econômica de Walras, que não é de carne e de osso. Contudo, essa teoria só se aplica a um aspecto do Estado no momento histórico em que ele aparece, expondo sua limitação e não levando em conta *toda* a realidade.

Por fim, resta o problema da relação entre teoria e doutrina. Considerando, à guisa de ilustração, a doutrina de não-proliferação capitaneada por EUA e URSS, ressalvado o fato de ser um modelo internacional simplificado, onde se admite que todos os atores possuem um objetivo único e supremo. Tal doutrina não pode ser tomada com verdadeira ou possuidora de caráter científico. As doutrinas empregadas nas relações internacionais possuem limites dessa ordem, ou seja, de não abarcarem também toda a realidade a ser analisa. Também não se

pode esperar que as relações internacionais ofereçam o mesmo que oferece a teoria dos materiais aos construtores de pontes ou o que a previsibilidade que a ciência econômica oferece aos estadistas, a despeito das flutuações da conjuntura.

Coerente com a importância da história para a análise das relações internacionais e de que não se pode ter uma verdade final no âmbito dessa disciplina, tal como os preceitos popperianos, Aron conclui:

O curso das relações internacionais continua a ser supremamente histórico, em todos os sentidos; apresenta mudanças incessantes; os sistemas, variados e frágeis, sofrem as repercussões de todas as transformações, econômicas, técnicas e morais; as decisões tomadas por algumas pessoas afetadas milhões de outras pessoas, desencadeando mutações irreversíveis, cujas consequências se prolongam até o infinito. Cidadãos e governantes, os atores estão sujeitos permanentemente a obrigações que parecem contraditórias.

Seria irrazoável decretar antecipadamente que os métodos modernos de investigação não nos ensinarão nada que já não saibamos. Os computadores, o dilema do prisioneiro e as investigações experimentais sobre os prováveis efeitos da confiança e da suspeita nas relações entre as pessoas têm a sua utilidade. Contudo, enquanto aguardamos que os estadistas aprendam com as máquinas e os experimentadores, evitemos esquecer as lições da experiência, iluminadas pelo esforço de conceitualização (Aron, 1985: 395-6).

2. Bull: o ataque aos científicos e a defesa do enfoque clássico

Hedley Bull é tomado como referência na defesa dos clássicos e ataque aos behavioristas, sendo que seu texto, originalmente publicado em 1966, motiva um debate e um simpósio sobre a contenda entre tradicionalismo e cientificismo, transformado em livro (Rosenau & Knorr, 1969), cujos principais artigos são aqui discutidos.

É bastante provável que Bull tenha conhecimento das idéias de Aron aqui apresentadas no contexto desse debate. Não por acaso, ao expor seus argumentos, vários aspectos formulados por Aron são retomados.

Um conjunto de sete proposições é formulado com o intuito de demonstrar que o enfoque científico tem muito pouco a contribuir para a teoria das relações internacionais. Acrescente-se que a tentativa de desbancar o enfoque clássico trouxe sérios equívocos.

A primeira proposição sugere que os científicos possuiriam um puritanismo intelectual que os distanciaria da substância do assunto atinente às relações internacionais. As avaliações dos autores da vertente científica classificariam as análises da vertente clássica como “chutes intuitivos” ou “literatura de senso comum”. Bull entende que além responder problemas da realidade à base do julgamento e da intuição, o enfoque clássico considera a importância dos testes das hipóteses que respondam a problemas empíricos, isto é, sem desconsiderar um importante preceito popperiano que afere o caráter científico de uma teoria. Mas reputa o enfoque clássico como calcado também em pontos arbitrários, de acordo com o método da filosofia.

Isso faz com que o enfoque tradicional busque responder a questões substanciais das relações internacionais que os enfoques científicos não tangenciam. Em outras palavras, preocupam-se somente com questões periféricas: metodologias para lidar com um determinado assunto, extrapolações lógicas de modelos conceituais para determinado objeto e coisas afins. Por outro lado, o enfoque tradicional ou clássico busca responder a questões do teor que segue abaixo.

A coletividade de estados soberanos constitui ou não uma sociedade ou sistema políticos? Em caso de existir uma sociedade de estados soberanos, ela pressupõe uma cultura ou civilização comum? Se a resposta é sim, tal cultura comum direciona o padrão de atuação diplomática usado em todo o mundo em que se tenta operacionalizar num dado mundo? Qual é o lugar da guerra na sociedade internacional? Todo uso privado da violência é um anátema para o funcionamento da sociedade, ou essa mesma sociedade pode tolerar ou mesmo requerer algumas guerras? Um Estado membro da sociedade internacional tem o direito de intervenção nas questões internas de outro e, em caso afirmativo, sob quais circunstâncias? Os Estados soberanos são os únicos membros da sociedade internacional, ou em última instância, essa mesma sociedade é formada por seres humanos individuais, cujos direitos e deveres se sobrepõem àqueles das entidades que agem em seu nome? Em que grau o curso dos eventos diplomáticos em algum momento é determinado ou circunscrito pela forma geral do sistema inter-

nacional? Seriam o número, o tamanho relativo, e disposição radical ou conservadora de seus Estados que o constituem, e pelos instrumentos que levem a seu caminho que a tecnologia militar ou a distribuição de riqueza põe em suas mãos? Ou seria através do conjunto particular de regras do jogo diplomático subjacente usado num dado período? E assim por diante (Bull, 1969: 37). Muitos dos termos e questões aqui empregadas são explicitamente aronianos. Bull retoma e destaca aspectos não contemplados nas contendas com os behavioristas.

A segunda proposição diz respeito ao recurso usado pela abordagem clássica e sempre criticado pelos científicos: o uso de julgamentos e avaliações não amparados por métodos matemáticos ou científicos. Contudo, conforme Bull, exatamente quando os científicos usaram o método da abordagem clássica nos mesmos termos referidos, sem a quantificação, foi o momento que deram uma maior e valiosa contribuição para o entendimento substancial das relações internacionais. O exemplo citado por Bull é um trabalho de Thomas Schelling sobre o controle de armamentos baseado na teoria dos jogos e da barganha, onde várias observações sobre violência e política internacional possuem o *status* de julgamentos não passíveis de teste e prova. Combina técnicas de sua abordagem com recursos do campo da filosofia para chegar a algumas de suas assertivas (Bull, 1969: 28-9).

Em terceiro lugar, Bull salienta que os científicos não efetuaram nenhum progresso a que aspiram e tratam apenas de aspectos periféricos de forma estritamente científica no campo das relações internacionais. Por sua vez, para os científicos, isso não é argumento suficiente para julgar seu enfoque. Ele deve ser julgado pela promessa de grande avanço que ele contém (Bull, 1969: 29). Curiosamente, quando os científicos se expressam nesses termos, estão recorrendo a um dos elementos que definem um paradigma na acepção de Thomas Kuhn. Não fica, claro, portanto, nessa altura do debate, se a controvérsia gira em torno das regras de uma teoria na definição popperiana, caracterizada principalmente pelo critério da falseabilidade ou, de forma bem diversa, se a questão está em conformidade com a discussão de paradigma de Kuhn. Bull não entra no mérito dessa questão e tampouco a menciona.

Uma quarta proposição destinada à confrontação com os científicos dá conta de que esses efetuam uma vulgarização dos modelos. Ou seja, a construção de modelos é vista como a realização de analo-

gias e/ou metáforas e não como a construção de um sistema dedutivo de axiomas e teorias. Ao citar como exemplos os modelos de Norton Kaplan, faz objeções no sentido de que caracterizar modelos de sistemas internacionais possíveis de acordo com diferentes momentos históricos. A especificidade de cada momento histórico não permite a reprodução dos sistemas internacionais em modelos de cunho não histórico, tornando equivocada a generalização empírica para previsões futuras. O dogmatismo que um modelo pode proporcionar estaria ligado a uma pretensa conexão com a realidade. No caso dos modelos criticados, essa especificidade não existiria, por conta da generalização que levaria em conta assertivas sobre a realidade derivadas de axiomas lógicos. Em outras palavras, tomar certos sistemas internacionais de diferentes períodos como modelos lógicos para previsões. Não haveria, portanto, garantias de que o rumo histórico seguiria as previsões em questão. Novamente Aron é retomado. Sua definição de uma teoria das relações internacionais toca nesse ponto.

Em quinto lugar, o trabalho da escola científica é, em alguns casos, distorcido e empobrecido por um fetiche de quantificação. O exemplo é o trabalho de Karl Deutsch e Bruce Russett, preocupados em mensurar os “fluxos de comunicação” concretizados entre diferentes nações em termos de comércio exterior, correio destinado ao exterior, arranjos e acordos diplomáticos com dado país contabilizados em termos proporcionais ao número total, intercâmbio estudantil, análise de conteúdo de jornais etc.. Bull entende que tudo isso não é observado de forma crítica, pois a quantificação em questão não esclarece se ela representa uma indexação de uma comunidade em nível internacional ou é a causa da mesma (Bull, 1969: 34-6). Ademais, pergunta Bull, o “fluxo de comunicação” produz um outro importante conceito de Deutsch nesse raciocínio, a “identificação mútua”? Outras questões são mencionadas por Bull e seguem sem resposta na análise dos autores científicos referidos. Como considerar aspectos importantes na contagem, como diferentes conteúdos de correspondência, importância diplomática dos diferentes acordos diplomáticos contabilizados, o significado de uma coluna de jornal e de outra?

A sexta proposição entende que as necessidades de rigor e da busca de estatuto científico podem ser acomodadas, conciliadas com a abordagem clássica e que, algumas vezes, os questionamentos dos científicos são legítimos.

Por um lado, mesmo sendo clara em suas proposições, o que contribuiria para ser dotada de um estatuto científico, por outro, a abordagem clássica baseia-se algumas vezes na filosofia da história, implicando numa política internacional de uma visão fundamentalmente não científica. Ainda assim, a abordagem clássica é exemplar de autores caracterizados pela lógica e rigor em suas análises, exemplificados por autores não ainda identificados com os científicos: Raymond Aron, Stanley Hoffman e Kenneth Waltz. O mesmo quanto ao rigor e caráter crítico não pode ser extensivo ao veio científico (Bull, 1969: 36-7).

A sétima e última proposição aponta uma ausência de auto-crítica por parte dos adeptos do enfoque científico, ao se desvincularem da filosofia e da história. Por consequência, possuem, em sua maioria, uma visão imatura e inadequada de seus assuntos pesquisados. Nessa linha, não conseguem captar a tradição contínua de avanços nas relações internacionais onde eles mesmos se inserem; não percebem as condições históricas recentes relacionadas à emergência de suas teorias; não questionam porque as promessas de realização de seu enfoque não são traduzidas em prática e não possuem antecedentes com a intensidade que os científicos proclamam; e, por fim, uma atitude não crítica frente às suas próprias proposições, principalmente face às suas posições morais e políticas, acompanhadas de posição desprovida de conhecimento em muito do que eles afirmam (Bull, 1969: 37). Nesse aspecto, Bull parece referir-se à concepção popperiana de ciência, onde não há verdade absoluta e as explicações científicas devem ser vistas como provisórias.

Teoria ou paradigma?

Conforme já foi dito, a noção de paradigma coloca as suas próprias regras. Já a teoria, conforme Popper, possui uma série de regras apriorísticas.

Sob essa perspectiva, ou seja, a flexibilidade do paradigma conforme o entendimento kuhniano e a rigidez das regras que compõem uma teoria na formulação popperiana, ensejam diferentes possibilidades uma abordagem clássica das relações internacionais.

No que diz respeito a uma possibilidade mais recente e compatível com o enfoque clássico e tradicionalista, o paradigma do choque

de civilizações de Huntington desperta muita polêmica não só por conta de sua aplicação do conceito de cultura como elemento relevante de poder nas relações internacionais, mas também por conta de questões a ele atinentes que não foram respondidas. É possível caracterizar uma civilização islâmica com cerca de sessenta Estados muçulmanos agindo de forma pouco coesa entre si? Como entender, dessa forma, que os Estados comandam as civilizações? Face aos problemas anteriores, é possível caracterizar a civilização como uma unidade política, assim como os autores da vertente realista e clássica fazem a partir da associação de indivíduos ao considerarem o Estado, os blocos econômicos, as empresas, as organizações etc.?

Sob a ótica do paradigma, essas questões não têm que ser necessariamente respondidas. O que caracteriza o paradigma, como já foi abordado, é a promessa de realizações e não proporcionar respostas a todos os problemas proporcionados pela base empírica.

Tal enquadramento não seria possível com uma teoria. A escolha da melhor teoria possui estreita relação com a explicação da base empírica e, portanto, não poderia ser compatibilizada com as formulações de Huntington.

O foco do texto pousa sobre as formulações de Aron. A pergunta a ser respondida, então, é a seguinte: as formulações de Aron, à época do debate aqui reconstruído, davam conta da base empírica e se baseava em enunciados falseáveis para que possamos tomá-la como uma teoria? Ou de forma, diversa, seria melhor enquadrada como um paradigma, exatamente por não responder todos os problemas e conter uma promessa de novas realizações? Como entender as abordagens científicas face às mesmas duas possibilidades? Isto é, podemos concebê-las como teorias ou paradigmas?

No que se refere às abordagens propugnadas por Young e Aron, ambas possuem uma base empírica e parecem atender às regras mínimas de uma teoria nos moldes popperianos. Acredito que a polêmica levantada por Young não se sustenta. Em primeiro lugar, um paradigma não é demérito, tampouco senso comum, como o autor tenta sugerir. Em segundo lugar, faz uma leitura de certa forma simplificada de Aron. Não atenta também aos requisitos mínimos em conformidade com Popper destacados por Aron para o falseamento de enunciados que constituem sua teoria. Como avaliá-las, então?

Assim Popper se expressa sobre a escolha de uma teoria:

Torna-se agora possível responder à pergunta: como e por que aceitamos esta teoria, de preferência a outras?

A preferência, por certo, a algo que se aproxime de uma justificação experiencial dos enunciados que compõem a teoria; não se deve a uma redução lógica da teoria à experiência. Optamos pela teoria que melhor se mantém, no confronto com as demais; aquela que, por seleção natural, mostra-se a mais capaz de sobreviver. Ela será não apenas a que já foi submetida a severíssimas provas, mas também a que é suscetível de ser submetida a provas da maneira mais rigorosa. Uma teoria é um instrumento que submeteremos a prova pela aplicação e que julgamos, quanto à capacidade, pelos resultados das aplicações” (Popper, 2000: 116).

Se por um lado, Aron vê a centralidade da guerra como algo concluído a partir da história (determinantes gerais) e da sociologia (especificidades), enfatizando a avaliação de ordem qualitativa, por outro, os científicos enfatizam ao extremo a avaliação quantitativa para a aferir ao máximo a especificidade dos casos estudados.

Acredito que a base empírica coloca e colocou desde o debate em questão as mais diversas provas para as duas abordagens. Os continuadores das abordagens discutidas buscam adequá-las aos desafios colocados pela realidade. Assim parece ser o caminho percorrido por aqueles identificados com os clássicos. Isso daria conta, principalmente das especificidades colocadas pela história. Contudo, certamente é muito forte a ausência de uma definição atinente à particularidade das relações internacionais pelos científicos exatamente pelo caráter secundário ou irrelevante assumido pela história. Não há como negar que a singularidade apontada por Aron continua atual. Esse aspecto poderia ser considerado como uma prova à qual sua teoria foi submetida e aprovada. Haja visto enfoques como os de Huntington e de outros autores que, num certo sentido, retomam algumas categorias presentes na obra de Aron, como a avaliação histórica das variáveis. No caso específico de Huntington, a questão da cultura como um dos elementos de poder e também o mais importante na atual conjuntura. Assim como Aron, faz suas incursões na filosofia da história ao contemplar perspectivas de autores como Spengler e Toynbee. Acima de tudo, essa incursão nesse aspecto e em outros, não confere a Hunting-

ton nem a Aron o caráter de um Jonas engolido pela baleia. Tampouco desmerece as qualidades e contribuições dos científicos.

Cabe, na verdade, um exame mais aprofundado da base empírica das relações internacionais e do papel da história na avaliação de uma teoria. Com o intuito de concluir, deixo duas questões para aprofundar essa reflexão: como poderíamos definir a especificidade das relações internacionais no enfoque científico? Há formulação nesse sentido? Haveria ressalvas a serem feitas ao papel da história na elaboração de uma teoria? Como situar em termos de uma teoria das relações internacionais e na própria teoria de Aron as objeções popperianas ao historicismo?

Referências bibliográficas

- ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.
- _____. Que é uma teoria das relações internacionais?. *Estudos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p. 375-96.
- BULL, Hedley. The case for a classical approach. In: KNORRR, Klaus; ROSENAU, James N. (Ed.). *Contending Approaches to International Politics*. Princeton University Press, 1969, p. 20-38.
- CHIAPPIN, José Raimundo Novaes. O paradigma de Huntington e o realismo político. *Lua Nova*, n. 34, p. 37-53, 1994.
- _____. *O Paradigma das civilizações, o realismo político e a nova estratégia da contenção*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, nov. 1996.
- _____. Racionalidade, decisão, solução de problemas e o programa racionalista. *Ciência e Filosofia*, n. 5, p. 155-219, 1996b.
- _____. *Os fundamentos teóricos do programa do realismo em política internacional: a concepção de Morgenthau e a política de poder*. São Paulo, Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, Série Carta Internacional, n. 19, out. 1997.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. O choque entre Islã e modernização. *Folha de São Paulo*, caderno Mais!, São Paulo, 9/12/2001, p. 13.
- _____. The real enemy. *Newsweek*, Special Davos Edition, December 2001 – February 2002, New York, p. 48-53.

- HUNTINGTON, Samuel P. Choque das civilizações? *Política Externa*, v. 2, n. 4, p. 120-41, mar. 1994.
- _____. Civilizações ou o quê? Paradigmas do mundo pós-Guerra Fria. *Política Externa*, v. 2, n. 4, p. 169-78, mar. 1994.
- _____. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- _____. The age of Muslim Wars. *Newsweek*, Special Davos Edition, New York, December 2001 – February 2002, p. 6-13.
- KNORR, Klaus; ROSENAU, James N. Tradition and science in the study of international politics. In: KNORR, Klaus; ROSENAU, James N (Ed.). *Contending approaches to international politics*. Princeton: Princeton University Press, 1969, p. 3-19.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MERLE, Marcel. *Sociologia das relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations – the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1961.
- POPPER, Karl. As origens do conhecimento e da ignorância. In: POPPER, Karl. *Conjecturas e refutações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 31-58.
- _____. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- YOUNG, Oran. Aron and the Whale - A Jonah in Theory. In: Knorr, Klaus; Rosenau, James N. (Ed.). *Contending approaches to international politics*. Princeton: Princeton University Press, 1969, p. 129-43.